

PROVA ESCRITA GERAL

30 DE JULHO DE 1995

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

- QUESTÕES -

**TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO,
A LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

1ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

O Governo do Estado publica edital convocando empresas de construção civil para explorar e conservar uma estrada, mediante cobrança de um pedágio fixo por quilômetro. Apresentaram-se quatro pretendentes. A Administração outorga a cada pretendente, satisfeitas as condições do edital, por ato administrativo, um quarto do percurso por idêntico prazo. Indaga-se a natureza jurídica do negócio e a sua validade face aos dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

A Constituição da República garante aos servidores públicos civis (art. 39, **caput**) o direito à livre associação sindical e o de greve (art. 37, VI e VII). Em razão disso, pergunta-se: pode a Administração Pública celebrar com seus servidores públicos civis convenção ou acordo coletivo de trabalho? Fundamente a resposta à luz das normas jurídicas vigentes.

3ª QUESTÃO - Valor: 20 (vinte) pontos

É possível aos Tribunais de Contas o exercício de função normativa? Em caso afirmativo, qual a extensão? Justificar as opiniões.

4ª QUESTÃO - Valor : 20 (vinte) pontos

A Constituição homenageia tanto a propriedade privada quanto a livre iniciativa, valores que expressamente garante (art. 5º, XXII; art. 170, **caput**). Assim sendo, pode-se dizer que subsistem, em nosso ordenamento jurídico, estes valores, como absolutos, preponderando, inclusive, sobre a preservação ambiental, quando com esta conflitante. Fundamente a resposta, indicando os dispositivos constitucionais pertinentes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

- QUESTÕES -

1ª QUESTÃO - Valor: 40 (quarenta) pontos

Quais são as defesas indiretas do mérito que o réu pode apresentar?

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

O que entende sobre os princípios “**prior temporis potius iure**” e “**par conditio creditorum**” esclarecendo se algum deles foi acolhido pela legislação processual brasileira, indicando, em caso afirmativo, os dispositivos do CPC.

3ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

É cabível a denúncia da lide, pela pessoa jurídica de direito público, ao seu funcionário, fundada em culpa, em processo no qual se pleiteia daquela ressarcimento de dano?

DIREITO CONSTITUCIONAL

- QUESTÕES -

1ª QUESTÃO - Valor: 40 (quarenta) pontos

Constituição estadual, em suas disposições transitórias, transformou alguns distritos em Municípios.

Tendo sido questionada a constitucionalidade dessa medida, argumentou-se que a mesma guardava simetria com o estabelecido nos artigos 13 e 14 do ADCT da Constituição de 1988.

Caracterize o poder constituinte atribuído aos Estados-membros e manifeste o seu entendimento sobre a compatibilidade do dispositivo em foco com a Constituição Federal.

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Cabe mandado de injunção em face da omissão do Congresso Nacional em regular os efeitos de medida provisória não convertida em lei?

3ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Na Assembléia Legislativa, a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias recebeu as seguintes emendas:

a) fixando limites percentuais para elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Judiciário, Legislativo e do Ministério Público;

b) destinando a verba x para a reforma de determinada unidade hospitalar. Aprovadas essas emendas, indaga-se sobre sua constitucionalidade.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

- QUESTÕES -

1ª QUESTÃO - Valor: 40 (quarenta) pontos

Na hipótese do artigo 1.544 do Código Civil o Estado pode ser condenado ao pagamento de juros compostos por ato praticado por funcionário seu?

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Seria válida a cláusula, diante do princípio da taxatividade dos direitos reais,

que no instrumento de constituição de uma enfiteuse limitasse o exercício do domínio útil do imóvel a uma destinação exclusiva e específica?

3ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Os bens que integram o patrimônio da sociedade comercial pertencem aos seus sócios? Responda fundamentadamente.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- QUESTÕES -

1ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

No sistema constitucional brasileiro, é possível a instituição de tributos através de medida provisória? Justifique.

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Sinteticamente, descreva as características da coisa julgada em matéria fiscal.

3ª QUESTÃO - Valor: 40 (quarenta) pontos

1. Determinada empresa jornalística impetrou mandado de segurança, perante um dos Grupos de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça, “**contra a iminência de ato a ser praticado**” pelo Sr. Secretário de Estado de Fazenda, pretendendo que lhe fosse “**liminarmente autorizado**” adquirir chapas de alumínio de uma indústria química, “**com exclusão do ICMS do preço**” e, portanto, sem destaque do tributo nas notas fiscais respectivas, sob a alegação de que os referidos produtos “**são destinados à confecção do jornal**”.

2. Requereu, ainda, a impetrante que a final lhe fosse “**reconhecida judicialmente a existência de imunidade constitucional quanto ao ICMS, nas mencionadas compras**”.

3. Formulada a hipótese acima, queira indicar, justificadamente, as alegações que devem constar da **impugnação** a ser apresentada pela Procuradoria Tributária (PG-3) da Procuradoria Geral do Estado.

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

21.10.95

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 25 (vinte e cinco) pontos

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO celebrou contrato de prestação de serviços com a Empresa de Vigilância XYZ tendo por finalidade a proteção de acervo permanente de obras de arte da Secretaria de Estado de Cultura. O contrato, de duração de doze meses, teve seu prazo expirado em 30 de